

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.278 - SP
(2019/0077111-4)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : BORCOL INDUSTRIA DE BORRACHA LTDA
ADVOGADO : DENIZE THEREZINHA TRAVAGLINI BETHIOL - SP237493
EMBARGADO : GILMAR DE SOUZA LINO
ADVOGADO : DEISE CRISTINA PIZZONI MORENO - SP287827

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por BORCOL INDUSTRIA DE BORRACHA LTDA ao despacho de fls. 158.

Sustenta a parte embargante que: "Ocorre que, conforme relatado pelo Ministro, a guia não foi juntada, no entanto o comprovante sim, não havendo que se falar em aplicação do §4º do artigo 1.007 do CPC, já que houve sim a comprovação do recolhimento" (fl. 161).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Registre-se que se trata de um mero despacho oportunizando a regularização do vício pela parte, ou seja, não se está discutindo a *ratio* de inadmissão, razão pela qual descabida essa análise em sede de embargos, não tendo, sequer, decisão sobre o recurso ainda.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Após, retornem-me os autos conclusos para julgamento do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

